



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

A desactualização das leis já é um problema de há muitos anos. Face ao rápido desenvolvimento socioeconómico, surgiram novas matérias que carecem de regulamentação, e muitas leis em vigência já estão desactualizadas, algumas delas estando já em vigor há várias dezenas de anos¹ e necessitando de ser actualizadas em tempo oportuno, para conseguir dar resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento social, caso contrário, a situação da legislação não conseguir acompanhar a evolução dos tempos vai agravar-se, e os objectivos consagrados nas leis, bem como os resultados que se pretende alcançar, não vão surtir os devidos efeitos. Assim sendo, a eficácia da produção legislativa vai influenciar directamente a coordenação atempada entre o sistema jurídico e a evolução da sociedade.

O actual modelo adoptado pelo Governo é o descentralizado, cabendo a cada serviço a correspondente produção legislativa. E, segundo o respectivo serviço público responsável, aquele modelo, para além de uma melhor exposição do contexto legislativo e das considerações políticas, ao mesmo tempo, permite uma melhor adequação das leis estabelecidas às necessidades concretas dos serviços responsáveis pela sua aplicação, dotando-as, assim, de maior operacionalidade². Tendo em conta o ponto de

¹ Tal como, por exemplo, a Lei n.º 10/78/M (Venda, exposição e exibição públicas de material pornográfico e obsceno), em vigor há mais de 30 anos.

² Despacho n.º 1112/IV/2012, resposta à minha interpeção escrita apresentada no dia 14 de Dezembro de 2012.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

situação da implementação daquele modelo nos últimos anos, pode constatar-se que a produção legislativa do Governo carece de coordenação, e o trabalho de produção legislativa continua a ser efectuado pelos serviços públicos, cada um como bem entende. Segundo os dados disponibilizados pelo Governo, do plano legislativo para o corrente ano constam apenas 7 propostas de lei³. Tendo em conta o número das propostas de lei que já estão nas mãos da Assembleia Legislativa à espera de apreciação e discussão, e ainda a quantidade, que não vai ser pouca, dos diplomas que vão passar pelo processo legislativo, segundo já foi anunciado pelos dirigentes do Governo, a produção legislativa vai, provável e novamente, incidir essencialmente, tal como aconteceu no passado, nas propostas de lei não pertencentes ao plano legislativo, facto que poderá provavelmente influenciar os respectivos procedimentos das propostas de lei constantes deste plano. E, assim sendo, o plano legislativo não passa de um plano que existe formalmente, mas, como não é utilizado, é como se não existisse.

Segundo os dados do respectivo serviço público responsável, constavam do plano legislativo de 2011 as datas de entrega das propostas de lei à Assembleia Legislativa, por trimestre. Mas, em 2012, as referidas datas que constavam do respectivo plano passaram a estar por semestre e, em 2014, decidiu-se não incluir no respectivo plano legislativo a calendarização da entrega de propostas de lei à Assembleia Legislativa, suscitando-se assim

³ Página electrónica da Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, Plano Legislativo: <http://www.dsrdi.ccrj.gov.mo/pt/plan.asp>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dúvidas sobre a “coordenação central dos trabalhos de produção legislativa”, isto é, a referida “coordenação” existe apenas no papel, facto que demonstra a falta de transparência nos trabalhos da criação do sistema jurídico.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O resultado pouco satisfatório dos trabalhos de coordenação da produção legislativa levou a que o número de propostas de lei não pertencentes ao plano legislativo seja superior ao número de propostas de lei constantes deste plano. Segundo o respectivo serviço público responsável, “o excesso de propostas de lei não pertencentes ao plano legislativo tem influenciado a apresentação e a aprovação das propostas de lei constantes do respectivo plano”⁴. Face ao exposto, como é que funciona a chamada “coordenação central dos trabalhos de produção legislativa”? O Governo dispõe de alguma medida concreta para acabar com as respectivas insuficiências?
2. Tendo em conta que o resultado dos trabalhos de coordenação da produção legislativa é pouco satisfatório, a sociedade espera que seja criado um “sistema central de produção legislativa”. No debate das LAG do ano passado, os respectivos dirigentes responsáveis afirmaram que, nesta fase, não estão ainda reunidas condições para

⁴ Despacho n.º 1112/IV/2012, resposta à minha interpelação escrita apresentada no dia 14 de Dezembro de 2012.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alterar o actual modelo descentralizado de produção legislativa, ou seja, o modelo de produção legislativa pelos serviços públicos competentes, no entanto, trata-se de um assunto que merece estudos⁵. Então, já se iniciaram os respectivos estudos? E quando é que os estudos vão estar concluídos?

3. Em finais do ano passado, segundo o respectivo serviço público responsável, durante o processo de recensão e adaptação legislativas, descobriram que 393 leis não se coordenavam ou não convergiam com o actual sistema normativo, tratando-se de uma matéria alvo de aperfeiçoamento e revisão⁶. Na realidade, o Governo nunca aplicou as leis que continuam em vigor, facto que constitui um grande impacto para o princípio “administrar segundo a lei”. Assim sendo, qual é o ponto de situação do aperfeiçoamento e acompanhamento das respectivas leis?

27 de Junho de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Ho Ion Sang

⁵ “Deputados criticam as insuficiências de coordenação e propõem produção legislativa centralizada”, 22 de Novembro de 2013, “Macao Daily News”, Página B5.

⁶ “Falta de coordenação em metade dos diplomas que estão em vigor”, 19 de Novembro de 2013, “Macao Daily News”, Página B1.